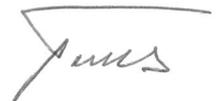
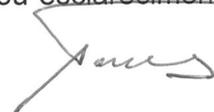


ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

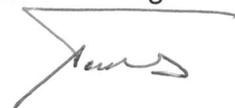
1 Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, com início às nove horas e quarenta e
2 cinco minutos, realizou-se a Trecentésima Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Saúde
3 do Distrito Federal, no Plenário do Conselho de Saúde do DF, com a presença da Secretária Executiva
4 do CSDF, Ivanda Martins Cardoso, e dos **Conselheiros Titulares, segmento gestor:** Fernanda
5 Nogueira, Gislene Regina de S. Capitani, Helvécio Ferreira da Silva, José Bonifácio Carreira Alvim,
6 Maria Natividade Gomes da S. T. Santana, dos **Conselheiros Titulares, segmento trabalhador:** João
7 Cardoso da Silva, Lucilene Úrsula Loriato Morelo, Antonio Agamenon Torres Viana, Sérgio Ramos de
8 Freitas, Abílio Castro Filho, Tiago Sousa Neiva, dos **Conselheiros Titulares, segmento usuário:** Célia
9 Maria Nunes, Marcos José Cardoso Faria, Domingos de Brito Filho, Marly de Fátima Barbosa de
10 Araujo, Yara Dias Silva, Laudicéia Teixeira Lemos, Gracielly Alves Delgado, Antonio Lisboa Gonçalves,
11 Raimundo Nonato Lima, Michel Platini Gomes Fernandes, dos **Conselheiros Suplentes, segmento**
12 **gestor:** Elias Fernando Miziara, Lázaro Pereira de Melo, dos **Conselheiros Suplentes, segmento**
13 **trabalhador:** Edi Sinedino Oliveira Sousa, José Arnaldo Pereira Diniz, dos **Conselheiros Suplentes,**
14 **segmento usuário:** Luis Carlos Macedo Fonseca, José Alves Ribeiro. Foram justificadas as ausências
15 do conselheiro Luis Maurício Alves dos Santos e da conselheira Roselle Bugarin Steenhouwer. A
16 **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** iniciou a 312ª RO informando que foi solicitada, pela
17 apresentadora, a exclusão da Pauta da apresentação do Relatório Final do Curso Nacional de Ativação
18 para o Desenvolvimento da Prática do Controle Social no SUS. Comunicou ao plenário que o
19 Presidente do Conselho de Saúde do DF, Rafael de Aguiar Barbosa, participaria de uma agenda com o
20 Governador e não poderia comparecer à reunião. **ITEM 01 – APROVAÇÃO DA PAUTA DA 312ª RO**
21 **DO CSDF –** A Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso efetuou a leitura da Pauta da RO 312 e
22 propôs duas inclusões, sendo a primeira a posse dos conselheiros Helvécio Ferreira da Silva e José
23 Alves Ribeiro, e a segunda a apresentação das residentes de enfermagem de obstetria do HRAN.
24 Aprovada por unanimidade. O **Conselheiro Antonio Agamenon** sugeriu a realização, em primeiro
25 lugar, da posse dos novos conselheiros, o que foi acatado pelo pleno. O Sr. Helvécio Ferreira da Silva
26 foi empossado como Conselheiro titular, segmento gestor, e o Sr. José Alves Ribeiro como Conselheiro
27 suplente, segmento usuário, representante pela INVERSO – Associação de Pessoas com Deficiência
28 Mental. **APROVAÇÃO DAS ATAS DA 310ª RE e 311ª RO –** Após a leitura das atas, foram aprovadas
29 por unanimidade. **ITEM 02 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO – 2.1 APRESENTAÇÃO DA**
30 **PESQUISA “O CONSELHEIRO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL E O ENVELHECIMENTO**
31 **POPULACIONAL: ENTENDENDO O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”-** A Sra. Deborah Lima
32 Souza, Mestranda em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília, proferiu a apresentação do
33 tema, atendendo à inversão de pauta aprovada pelo pleno. **2.2 MUTIRÃO DE CATARATA –** O
34 Conselheiro Elias Fernando Miziara efetuou a apresentação do Projeto de Mutirão de Catarata,
35 sublinhando a importância da prevenção, do tratamento, além da simplicidade do procedimento. Citou
36 a intervenção do Ministério Público em relação à forma de pagamento. Informou que existe o repasse
37 para o mutirão de catarata, mas que a forma de contratação está sendo estudada, com uma idéia de se
38 formar uma espécie de carreta para atendimento, em cada regional, de acordo com a necessidade. O
39 Conselheiro Antonio Lisboa questionou a respeito da capacidade de realização de cirurgias de catarata
40 na SES e qual a fila de espera para o procedimento, solicitando agilidade no processo. O Conselheiro
41 Miziara respondeu que havia uma fila de cerca de duas mil pessoas para o procedimento, e com o
42 mutirão a fila foi zerada, mas que já existem cerca de três mil pessoas em nova fila. A Conselheira
43 Úrsula Loriato questionou a respeito das condições de contratação dos serviços para o mutirão. O
44 Conselheiro Miziara respondeu que o pagamento é por procedimento e a contratação é por tempo
45 determinado. O Conselheiro José Alves Ribeiro perguntou qual o caminho que se deve tomar para
46 conseguir o atendimento. O Conselheiro Miziara respondeu existe uma grande demanda reprimida no
47 DF, exceto nos procedimentos de alta complexidade. Ressaltou que o principal problema é a
48 acessibilidade da população ao sistema de saúde. O Conselheiro Tiago Neiva disse que o Sindicato
49 dos Médicos apóia a realização dos mutirões pela SES, mas que sejam realizados por profissionais da
50 rede. Manifestou preocupação com relação à carreta da mulher, com relação a pedidos de exames,
51 realizados por enfermeiros, que são feitos sem qualquer critério médico, razão ou motivo razoável. O
52 Conselheiro Miziara esclareceu que todo paciente inscrito será regulado, e a lista de pacientes poderá
53 e será pública. Discordou do Conselheiro Tiago referente à sua colocação quando se reporta aos
54 pedidos de exames feitos pelos enfermeiros. Observou que quando se trata de prevenção, talvez não
55 fosse necessário nem o pedido de exame. O Conselheiro Helvécio Ferreira teceu comentários a



56 respeito da demanda reprimida, que sempre foi grande, e que a carreta da mulher é uma solução, mas
57 esbarra em dificuldades burocráticas. O Conselheiro Miziara lembrou o plenário que a remuneração do
58 ministério não poderia ser repassada para o profissional, direto da rede. O Conselheiro Luis Carlos
59 Macedo Fonseca ponderou até que ponto se colocariam soluções como as carretas para atendimento
60 à população. Questionou a formação de uma nova demanda reprimida, sobre o que foi feito entre a
61 primeira fila zerada e a demanda reprimida que hoje se apresenta. Sugeriu a organização dos
62 procedimentos. Perguntou como está a situação hoje. O Conselheiro Miziara respondeu que o
63 pagamento está suspenso por ordem do Ministério Público, para utilização de RPA. Acrescentou que
64 sempre que se muda o paradigma, encontra-se resistência. A Conselheira Yara, como defensora dos
65 idosos, apoiou o mutirão de catarata. O Conselheiro Miziara não definiu prazo para o retorno do
66 mutirão, mas enfatizou que é necessária a aprovação do CSDF. O Conselheiro Raimundo Nonato
67 questionou o pós-operatório, e quando ocorre o risco qual a garantia do paciente e como será atendido.
68 Questionou referente às pessoas com HIV convalescentes de problemas de visão, como a SES vai
69 trabalhar com essa população. O Conselheiro Miziara assegurou o compromisso de buscar um maior
70 conhecimento acerca do que está sendo feito. Disse que o pós-operatório da cirurgia de catarata é
71 muito simples. A Conselheira Maria Natividade lembrou a apresentação feita anteriormente referente à
72 situação geral da oftalmologia e a questão do glaucoma, citando dados de atendimento. Solicitou que
73 seja incluída na pauta da próxima reunião a presença do coordenador da oftalmologia ou o
74 subsecretário da SAS para trazer uma informação completa sobre todos esses aspectos. Sublinhou a
75 urgência da aprovação da proposta hoje no CSDF. Comentou a respeito da questão levantada pelo
76 Conselheiro Tiago, a respeito do trabalho dos enfermeiros, que os mesmos estão amparados por
77 protocolos legais. Defendeu o trabalho de uma forma multidisciplinar. A Conselheira Marly teceu
78 considerações a respeito do zeramento da fila de atendimento de catarata, e sugeriu o recebimento de
79 um protocolo que indicasse a colocação do paciente na fila de espera. Questionou se a carreta irá
80 permanecer até zerar a fila. O Conselheiro Miziara respondeu que fila de espera para atendimento não
81 deixa de existir, que conseguir atender a demanda reprimida já é um grande avanço. Disse ainda que o
82 custo de um protocolo pode gerar um gasto maior para a SES, além de burocratizar o procedimento, e
83 que existem questões legais envolvidas. O Conselheiro Abílio Castro Filho considerou o momento
84 oportuno para se avançar na questão da saúde. O Conselheiro José Bonifácio alertou para o foco da
85 questão, que é o mutirão da catarata. Comentou a respeito das questões moral e legal para a
86 realização do mutirão, que a decisão hoje é ficar parado, ou aprovar o mutirão na modalidade como a
87 lei permite e desta forma o Ministério disponibilize a verba para a sua realização. O Conselheiro Luis
88 Carlos Macedo Fonseca colocou em discussão qual é a forma de se realizar o mutirão. O Conselheiro
89 Miziara esclareceu que são duas as formas admitidas pelo Ministério Público, que são o pagamento por
90 hora extra ou contratação de serviço privado, e a carreta foi a forma sugerida. A Conselheira Fernanda
91 Nogueira sintetizou que existe um recurso do Ministério da Saúde que precisa ser utilizado, e a questão
92 é de se utilizar esse recurso ou dispensá-lo, pois não se pode usar o recurso para pagamento de hora
93 extra. A Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso esclareceu que o que foi trazido ao pleno foi a
94 questão do mérito da discussão do mutirão de catarata, e quando o processo chegar ao CSDF será
95 distribuído para análise e aprovação. O Conselheiro Antonio Agamenon, como questão de ordem,
96 colocou a urgência do processo. O Conselheiro Helvécio Ferreira, como questão de ordem, disse que a
97 aprovação do mérito é hoje e propôs a realização de uma Reunião Extraordinária para a semana
98 seguinte, já com o processo distribuído, para atender à formalidade e a questão da saúde do
99 trabalhador. A Conselheira Maria Natividade propôs a votação do mérito do mutirão e a realização da
100 votação do processo em novembro. O Conselheiro Michel Platini disse que não discorda do mutirão
101 para a realização de cirurgias de catarata e sim da metodologia. Que parece que se espera gerar uma
102 demanda para então sugerir o mutirão. Propôs o monitoramento do processo. O Conselheiro João
103 Cardoso questionou a mesa diretora a respeito do encaminhamento da reunião. A Conselheira Maria
104 Natividade informou que a SES não parou de realizar o atendimento normal da catarata, e que se tem
105 uma programação específica de atendimento. O Conselheiro Miziara respondeu que o pagamento é
106 pela tabela do SUS. Comentou, com relação à afirmação do Conselheiro Platini, que até 2010 não
107 estava na gestão, e que se acumulavam muitas pessoas necessitando atendimento. Disse que, com
108 apenas três semanas de governo, o Hospital de Santa Maria teve que ser absorvido pela SES e que
109 isso demandou um grande esforço da gestão para manter o seu funcionamento. Solicitou ao pleno a
110 votação do mérito da proposta. O Conselheiro Luis Carlos Macedo Fonseca solicitou esclarecimentos



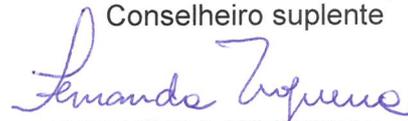
111 quanto à tabela do SUS, se é para os profissionais também. O Conselheiro Platini solicitou vistas ao
112 processo. O Conselheiro Antonio Agamenon ponderou que o pleno tem a competência para acatar ou
113 não o pedido de vistas. A Secretária Ivanda Martins Cardoso procedeu a leitura do Regimento Interno
114 do CSDF e seguiu-se uma discussão a respeito do pedido de vistas. O Conselheiro Platini solicitou
115 então que a SES apresente as respostas aos seus questionamentos. O Conselheiro Miziara teceu
116 considerações a respeito do cumprimento dos preceitos legais para o encaminhamento dos serviços.
117 Respondeu que o atendimento de catarata, rotineiro, representa de 20 a 30 atendimentos por semana
118 na rede, e que a demanda da catarata pressiona pouco o sistema na oftalmologia. Explicou que foi feito
119 o mutirão, aprovado no CSDF, suspenso pelo MP, e hoje se tem mais de três mil pessoas para
120 atendimento. A Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso esclareceu que o Conselheiro Michel
121 Platini retirou o pedido de vistas e, diante disso, encaminhou para votação o mérito do mutirão de
122 catarata, e após a votação formar-se-á uma comissão para análise do processo, da qual o Conselheiro
123 Platini fará parte, com prazo de conclusão de cinco dias para este processo. Colocou em votação o
124 mérito do mutirão de catarata. Aprovado por unanimidade. A comissão paritária para análise do
125 processo foi definida como membros os conselheiros usuários Raimundo Nonato, Michel Platini,
126 Domingos de Brito e a conselheira Gracielly Alves Delgado, como conselheiros trabalhadores Abílio
127 Castro e Sérgio Ramos, e como conselheiros gestores José Bonifácio e Helvécio Ferreira. A Secretária
128 Executiva Ivanda comunicou o pedido, pelo Presidente do CSDF, de Reunião Extraordinária para o dia
129 quinze de outubro, com tema único, para discussão da minuta do projeto de lei de criação da
130 Universidade de Ciências da Saúde do DF - UNISUS, no auditório da FEPECS, às 09h00. Aprovada
131 por consenso. A Conselheira Gislene informou ao pleno que distribuiu aos conselheiros a minuta do
132 projeto de lei de criação do UNISUS para que se tenha a informação sobre o que será apresentado e
133 sugeriu que a Conselheira Maria Natividade fosse a relatora do processo e levasse todas as
134 contribuições de lapidação do projeto, o que foi aceito, e esclareceu ao plenário que solicitou que a
135 reunião extraordinária fosse realizada no auditório da FEPECS pois os estudantes, servidores e
136 professores pediram para participar como observadores. A Conselheira Maria Natividade esclareceu ao
137 pleno que as comissões permanentes somente de um conselho de saúde somente são as legais, e que
138 esta comissão criada hoje tem que ter um prazo determinado, que enquanto perdurar a modalidade
139 que foi votada no plenário hoje existe a comissão, quando acabar essa modalidade a comissão se
140 extingue. O Conselheiro Platini sugeriu que o setor técnico da SES encaminhe ao CSDF relatórios
141 periódicos com dados para o acompanhamento do serviço, não só da contratação. A Secretária
142 Executiva Ivanda Martins apresentou a Sra. Carolina, enfermeira residente de obstetrícia no HRAN,
143 que fez a exposição do tema a respeito da residência de enfermagem no referido hospital. Após a
144 exposição, a Conselheira Gislene disse que esse ponto de pauta é bastante importante, e acredita que
145 não vai se conseguir fazer o debate, que tecnicamente precisa ser bastante discutido, em um momento
146 como esse, e que talvez esse ponto necessite ser sobrestado para uma reunião seguinte, de uma
147 forma muito mais esclarecedora por parte de todos, inclusive porque a FEPECS não sabia desse ponto
148 de pauta e as pessoas que estão diretamente relacionadas a isso, a Diretora Geral da ESCS, o
149 Coordenador Geral da pós-graduação Dr. Fábio, a Dra. Marise, que é a Gerente de Residência e o Dr.
150 Gilson que é o Chefe do Núcleo de Residência, e que terá uma reunião em que poderão ser
151 esclarecidos os pontos explicitados pela Sra. Carolina, o que possibilitará maior aprofundamento no
152 assunto. O Conselheiro Tiago Sousa alertou que não se pode transformar o assunto em briga de
153 classes profissionais. A Conselheira Yara solicitou, via *e-mail*, encaminhamento do pronunciamento. O
154 Conselheiro Marcos José disse que é necessário ouvir os dois lados envolvidos, que se isso aconteceu
155 deve ter algum motivo. O Conselheiro Raimundo Nonato se solidarizou com as enfermeiras, pela
156 humanização da mulher que é proporcionada. A Conselheira Gracielly Alves achou fundamental a
157 discussão e propôs o aprofundamento do assunto a respeito da rede cegonha. O Conselheiro Luis
158 Carlos alertou que o papel do CSDF é defender o trabalhador também, e há a necessidade de ouvir os
159 dois lados. O Conselheiro Miziara exaltou o controle social e adiantou que o tema é de caráter técnico
160 e que não foi definido pela SES. A Conselheira Marly se solidarizou com as enfermeiras e disse ser
161 muito difícil para os médicos dividirem o espaço com elas, manifestando-se a favor da manutenção da
162 residência no HRAN. A Dra. Geruza, enfermeira obstetra da SES, explanou que no HRAN nunca houve
163 o mínimo interesse no diálogo com os enfermeiros, e que gostaria que as residentes fossem
164 respeitadas. O Conselheiro Platini encaminhou pelo seguimento da proposta da Conselheira Gislene,
165 para uma reunião específica com a finalidade da discussão do tema, convidando os segmentos



166 envolvidos, e a edição de um documento, por meio de uma comissão. A Sra. Caroline respondeu às
167 colocações dos conselheiros. A Conselheira Gislene esclareceu que haverá outra ação para esse
168 assunto, e que em 2013, na SES, havia nove vagas para obstetrícia, sendo duas para o HRAN, três no
169 HRAS, duas no Paranoá e duas no HRT, porém no edital para 2014 as vagas do Paranoá, que eram
170 duas, viraram três, as vagas do HRAS que eram três, viraram seis, as vagas do HRT que eram duas,
171 viraram três, as vagas do Gama que não existiam, são três, e as vagas da Ceilândia, que também não
172 existiam, são três, e que há previsão para aumento de vagas para 2015, podendo chegar a 24 no total.
173 O Conselheiro Raimundo Nonato propôs uma reunião do HRAN com a SES e a enfermagem para
174 resolver o assunto. O Conselheiro José Arnaldo disse que fechar a residência é um precedente
175 perigoso. O Conselheiro Michel Platini propôs uma Reunião Extraordinária para discussão do tema,
176 além da deliberação pelo CSDF, hoje, pela manutenção da residência no HRAN, até que ocorra um
177 posicionamento a respeito do tema. A Conselheira Grazielly Alves alertou para que as residentes não
178 sofram retaliação no HRAN. O Conselheiro Miziara solicitou o encaminhamento de denúncias aos
179 órgãos competentes. Propôs a recepção da denúncia e futura discussão a respeito do assunto, com a
180 presença de todas as partes. A Conselheira Maria Natividade sugeriu a extensão do convite para a
181 reunião aos responsáveis do MEC. A Secretária Executiva Ivanda Martins questionou ao pleno se é
182 legal a residência no HRAN, sendo então informada, pela Conselheira Gislene, que a residência de
183 enfermagem não é credenciada pelo MEC. Encaminhou uma reunião para o dia 22 de outubro para a
184 discussão do tema. Aprovado. Devido ao adiantado da hora, por decisão da mesa diretora, a 312ª RO
185 foi encerrada às quatorze horas. Para constar, eu, Ítalo de Araujo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, lavrei
186 a presente ata para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 10 de setembro de
187 2013.

IVANDA MARTINS CARDOSO
Secretária Executiva do CSDF

ELIAS FERNANDO MIZIARA
Conselheiro suplente



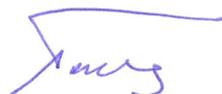
FERNANDA NOGUEIRA
Conselheira titular

LÁSARO PEREIRA DE MELO
Conselheiro suplente

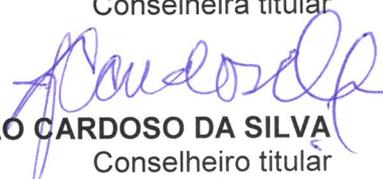
GISLENE REGINA DE S. CAPITANI
Conselheira titular

HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular

JOSÉ BONIFÁCIO CARREIRA ALVIM
Conselheiro titular



MARIA NATIVIDADE GOMES DA S. T. SANTANA
Conselheira titular


JOÃO CARDOSO DA SILVA
Conselheiro titular


LUCILENE ÚRSULA LORIATO MELO
Conselheira titular


ANTONIO AGAMENON TORRES VIANA
Conselheiro titular

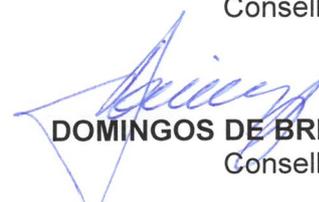

SÉRGIO RAMOS DE FREITAS
Conselheiro titular


ABÍLIO CASTRO FILHO
Conselheiro titular

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular

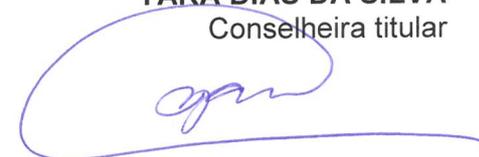
CÉLIA MARIA NUNES
Conselheira titular

MARCOS JOSÉ CARDOSO FARIA
Conselheiro titular


DOMINGOS DE BRITO FILHO
Conselheiro titular

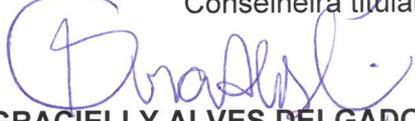
MARLY DE FATIMA BARBOSA DE ARAUJO
Conselheira titular

YARA DIAS DA SILVA
Conselheira titular



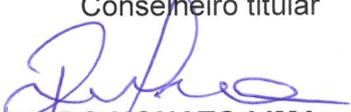


LAUDICÉIA TEIXEIRA LEMOS
Conselheira titular



GRACIELLY ALVES DELGADO
Conselheira titular

ANTONIO LISBOA GONÇALVES
Conselheiro titular



RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular

JOSÉ ALVES RIBEIRO
Conselheiro suplente

MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES
Conselheiro titular



ITALO DE ARAUJO VERLANGIERI
Secretário *ad-hoc*